



ISSN 1415-5192

Revista Nacional de Direito do Trabalho

REPOSITÓRIO AUTORIZADO PELO TST
REGISTRO N.º 18/99

Nº 114 • Ano 10 • OUTUBRO/2007

SUMÁRIO

DOCTRINA

Reforma da execução em Portugal. Desjudicialização ou privatização? - IVAN ALEMÃO	11
Penhora sobre salários, proventos da aposentadoria e poupança: o princípio da legalidade e a utilidade da jurisdição. - TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI	20
O juiz e os honorários advocatícios.	31
Advogado contratado sem licitação - PALHARES MOREIRA REIS	34

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Superior do Trabalho

Embargos da CEF. Complementação de aposentadoria. Auxílio-alimentação.	39
Honorários advocatícios. Violação do art. 896 não configurada.	41
Horas extraordinárias. Divisor 200. Carga horária semanal de 40 horas. Desprovi- mento.	42
Irregularidade de representação.	44
Recurso de embargos. Prêmio-aposentadoria. Violação do art. 896 da CLT não reco- nhecida. Súmula 422 do TST.	47
Recurso de revista não conhecido. Desvio de função. Súmula 126 do Colendo TST. Violação do art. 896 da CLT não reconhecida.	49
Transação extrajudicial. Quitação. Efeitos. Adesão a programa de incentivo à demis- são voluntária. Coisa julgada.	53

Supremo Tribunal Federal

Contribuição previdenciária. Salário Maternidade.	56
Prescrição trabalhista.	57
Servidor público. Salário mínimo.	58
Vencimentos. Servidor público estadual. Salário mínimo. Incidência do abono para efeito de cálculo de gratificações e outras vantagens. Impossibilidade. Fixação de honorários. Incidência do art. 20, § 4º, do CPC. Justiça gratuita. Condena- ção nos termos da Lei 1.060/50.	59

Superior Tribunal de Justiça

Ação de prestação de contas. Cessão de direitos trabalhistas por escritura pública. Provimento 06/00 da CGJT. Possibilidade.	61
Conflito de competência. Justiça estadual e justiça trabalhista. Ação ordinária buscando o pagamento de valores referentes a contribuição sindical e a mensalidades de plano de saúde. Pedido com matérias de naturezas distintas.	63

Conflito negativo de competência. Ação de indenização por danos morais e materiais. Acidente. Ausência de relação de trabalho entre as partes. Justiça estadual.	65
Servidor público federal. Auxílio-alimentação. Art. 22 da Lei 8.460/92. Período de férias e licenças. Pagamento. Possibilidade. Períodos considerados como de efetivo exercício, nos termos do art. 102 da Lei 8.112/90.	67
<i>Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região</i>	
Clinica odontológica. Recepcionista.	70
Complementação de aposentadoria. Banco Santander Banespa S/A. Opção pelo novo plano de cargos e salários. Índice de reajuste. Isonomia. Impossibilidade. Súmula 51, "II", do Colendo TST.	72
Dano moral. Fase pré-contratual. Competência e caracterização.	79
Estabilidade pré-aposentadoria.	84
Grupo econômico. Confissão ficta.	85
Guarda municipal. Curso intensivo de formação, treinamento e capacitação física.	90
Justiça gratuita. Contratação de advogado particular. Requisito não exigido na lei.	96
Prescrição. Pronúncia de fício. Inteligência do art. 219, § 5º, do CPC.	97
Recolhimentos previdenciários. Conciliação. Discriminação. Proporcionalidade com o pedido inicial. Fase instrutória do feito.	99
Vínculo de emprego. Não eventualidade.	102
<i>Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região</i>	
Adicional de insalubridade. Neutralização do agente insalubre.	104
Alteração de horário de trabalho de noturno para diurno. Possibilidade.	105
Diarista. Trabalho doméstico descontínuo. Inexistência de vínculo de emprego.	106
Duplicidade de aviso prévio. Invalidez do segundo documento.	108
Horas extras. Conceito de habitualidade.	113
Meação. Patrimônio.	115
Sociedade de economia mista. Servidor aposentado. Extinção do contrato. Readmissão em cargo de comissão. Unicidade contratual. Inexistência.	116
Terceirização. Salário.	118
Trabalho voluntário e impessoal. Relação de emprego. Inexistência.	120
<i>Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região</i>	
Alteração contratual. Redução salarial. Diferenças salariais.	122
Fracionamento das férias. Dobra.	126
Penhora incidente sobre conta corrente bancária.	132
Recurso ordinário da primeira Reclamada. Cooperativa. Relação de emprego.	134
Relação de emprego. Inexistência.	139
Vínculo de emprego. Doméstico.	141
<i>Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região</i>	
Ação rescisória. APMI. Diretores de entidade filantrópica. Responsabilidade.	147
Atividade de domar cavalos é de natureza perigosa e envolve riscos à integridade física do empregado.	149
Aviso prévio indenizado. Projeção do período em CTPS.	153
Contrato de franquia. Responsabilização subsidiária da franqueadora afastada.	158
Contribuição sindical rural. Inexigibilidade de certidão de inscrição de dívida. Juros e atualização cabíveis.	160

Crédito previdenciário. Habilitação em juízo falimentar. Limites da competência da Justiça do Trabalho.	164
<i>Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região</i>	
Aviso-prévio indenizado. Incidência da alíquota previdenciária.	166
Cooperativa de crédito. Enquadramento como instituição financeira. Contribuição sindical. Impossibilidade.	169
Intervalo intrajornada. Não-concessão.	171
Justa causa. Reversão.	174
Mandado de segurança. Execução provisória. Ausência de ilegalidade.	178
Responsabilidade dos sócios. Fase cognitiva.	179
Termo de rescisão contratual. Eficácia liberatória limitada aos valores nele consignados.	180
<i>Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região</i>	
Auxílio-acidente de trabalho pago pelo INSS. Pensão vitalícia. Possibilidade de cumulação.	188
Contrato de locação de imóvel e comodato de equipamentos de posto de combustível. Terceirização. Inexistência.	190
Contrato de trabalho temporário. Acréscimo extraordinário de serviço. Nulidade.	192
FGTS. Servidor celetista. Depósitos devidos.	193
Gratificações. Não-integração ao cômputo do salário mínimo ou outro piso normativo ou legal.	198
"Habeas corpus". Ameaça de prisão civil. Paciente que deixou de ser depositário de faturamento da empresa com a nomeação de administrador judicial. Restauração da condição de depositário sem novas formalidades legais. Impossibilidade. Concessão.	199
Horas extras. Subgerente de farmácia. Ausência de poderes de gestão e mando. Inteligência do art. 62, II, da CLT.	201
Interesse público. Restrição a direitos fundamentais. Abusos. Cuidados.	203
Lista negra. Indenização por danos morais. Possibilidade.	206
Multa cominatória. Arts. 461 e 644 do CPC. Obrigação de fazer. Fazenda Pública. Possibilidade.	208
Notificação inicial realizada no local da prestação de serviços na pessoa do caseiro. Impessoalidade do ato. Nulidade não verificada.	215
Opção de compra de ações (<i>stock option</i>). Remuneração. Não-configuração.	218
Recusa de utilizar EPI. Justa causa. Possibilidade.	220
Terceirização. Serviço de confecção de roupas. Indústria de confecção. Atividade fim. Ilicitude.	222
Trabalho extraordinário. Compensação. Princípio do conglobamento. Possibilidade.	224
Viajante comercial. Competência em razão do lugar. Subordinação direta à matriz da empresa reclamada.	226
Vínculo de emprego. Montador de móveis. Uso de ferramentas próprias. Empresa que comercializa móveis com promessa de sua montagem.	228
CÁLCULO TRABALHISTA	
Tabela Única para Atualização de Débitos Trabalhistas.	233
ÍNDICE JURISPRUDENCIA	
Índice Alfabético Remissivo Jurisprudencial.	237